

Contabilidade Pública

Casos Práticos

(ano letivo 2014/2015)

Docente:

Lúcia Lima Rodrigues

Perguntas de desenvolvimento (máximo uma página):

1. Discuta a reforma em curso na Contabilidade Pública em Portugal no contexto das insuficiências do POCP e das necessidades de harmonização da contabilidade pública na União Europeia.
2. Aborde as características diferenciadoras do sector público e as implicações que têm na estrutura conceptual.
3. Analise os métodos usados na contabilização das parcerias público-privadas no contexto da IPSAS 32 - Acordos de Concessão – Concedente.

Casos práticos:

1. Em 31 de Dezembro de 2013, a entidade pública EP efetuou a estimativa para férias e subsídio de férias com base nos cortes salariais decididos pelo governo na LEO. Antes das contas terem sido aprovadas, conclui que nesta estimativa não foram tidos em conta as decisões do Tribunal Constitucional de proibir os cortes salariais, o que originou um diferencial de 1.238.000 euros entre o valor estimado em 31.12.2013 e o valor a pagar em Junho de 2014.
2. A entidade pública EP adquiriu um equipamento pelo valor de 100.000 euros no início de 2007, esperando um vida útil de 10 anos. No exercício de N+6 (2013), a entidade constatou que devido à sua baixa utilização, o equipamento terá uma vida útil de mais 6 anos, incluindo o próprio exercício N+6 (total de vida útil 12 anos). O método de depreciação usado é o das quotas constantes.
3. A entidade pública EP foi multada em 2012 pela autoridade para as condições de trabalho por incumprimento das condições de segurança no local de trabalho no montante de 10.000 euros. O pagamento apenas foi reconhecido em 2013 e registado em Outros Gastos e Perdas.
4. A entidade pública EP comprou uma propriedade de investimento em Maio de 2013 por 2.000.000, a pronto. No final de 2013 um avaliador imobiliário emitiu um relatório de avaliação do imóvel no qual indicava um justo valor de 2.500.000.
5. A entidade pública EP reuniu com o seu advogado e concluiu que o desfecho da ação judicial iria ser desfavorável e que a indemnização a pagar se situará entre 500.000 e 1.000.000 euros com igual probabilidade, sendo o desfecho previsto para daqui a 3 anos (provisão calculada com base no valor atual, com base numa taxa de juro de 8%).
6. A entidade pública comprou em 1993 por 2,5 milhões de euros um edifício onde se instalou uma escola primária que tem uma vida útil de 40 anos. As matrículas desceram de 1.000 alunos em 2003 para 200 alunos em 2013 como resultado de uma queda na taxa de natalidade na região. Foi decidido fechar dois dos três andares que constituem a escola. Em 2013, o valor de substituição (novo) do andar onde vai ficar a funcionar a escola é de 1,3 milhões de euros.
7. A entidade pública recebeu do governo uma transferência de 10 milhões de euros para levar a cabo serviços de educação.
Registos contabilísticos associados às operações descritas de acordo com as IPSAS e implicações nas demonstrações financeiras.

Perguntas de escolha múltipla:

1. Nos termos da IPSAS 14 - Acontecimentos Após a Data do Balanço diga se é verdade ou falso que estes acontecimentos após a data do balanço e antes da aprovação das contas dão lugar a ajustamentos e justifique:
 - i. O Cliente CJ que apresentava uma dívida reconhecida à data de balanço, sem que nada o fizesse prever apresentou o processo de insolvência;
 - ii. A entidade foi condenada em tribunal a pagar uma indemnização a um ex-funcionário público para a qual não reconheceu qualquer provisão;
 - iii. Houve uma inundação em meados de Janeiro cujos prejuízos rondam os 200.000 euros;
 - iv. Na conferência da conta corrente do Fornecedor LK detectou-se a falta de um lançamento de uma factura de compras relacionada com o exercício anterior;
 - v. A entidade pública detém em carteira com objectivos de tesouraria ações do BCP que estão a ser negociadas a 0,85 € quando a 31 de Dezembro a cotação era de 1€.
2. Identifique e justifique as propriedades detidas pela entidade pública, e descritas a seguir, quais devem ser classificadas como propriedades de investimento nos termos da IPSAS 16:
 - i. A entidade pública A dedica-se à produção de refeições e comprou um **armazém** para armazenar os alimentos que usa na confecção das refeições;
 - ii. A entidade pública A detém um **lote de terreno** para construção que não pretende afectar à sua atividade e que detém para potencial valorização;
 - iii. A entidade pública A arrendou um **terreno** à entidade pública B;
 - iv. A entidade pública comprou um novo **edifício** para expandir as suas atividades de prestação de serviço;
 - v. A entidade pública A arrendou um **escritório** que lhe foi doado na Avenida da Liberdade em Lisboa ao Banco Lusitano.
3. Nos termos da IPSAS 19-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes identifique justificadamente situações de Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes:
 - i. A entidade pública foi alvo de um processo judicial devido à emissão de gases poluentes sendo reclamada uma indemnização de 1.000.000 euros. Em 31.12.2012 o advogado especialista neste tipo de casos afirmava que a probabilidade da empresa ser condenada é muito baixa;
 - ii. Em 31.12.2013, o advogado reuniu com a entidade pública tendo em conta a evolução do processo, e deu conta à entidade pública que a melhor estimativa da indemnização a pagar será 750.000 euros;
 - iii. A entidade pública reclamou uma indemnização por intermédio de processos legais mas o desfecho ainda é incerto.

Grupo II (13 valores)

1. Discuta a reforma em curso na Contabilidade Pública em Portugal no contexto das insuficiências do POCP e das necessidades de harmonização da contabilidade pública na União Europeia (máximo uma página) (2 valores).

2. Analise os métodos usados na contabilização das parcerias público-privadas no contexto da IPSAS 32 - Acordos de Concessão – Concedente (máximo uma página) (2 valores).

3. Identifique e justifique das propriedades detidas pela entidade pública, e descritas a seguir, quais devem ser classificadas como propriedades de investimento nos termos da IPSAS 16 – Propriedades de investimento:

i. A entidade pública A dedica-se à produção de refeições e comprou um armazém para armazenar os alimentos que usa na confecção das refeições;

ii. A entidade pública A detém um lote de terreno para construção que não pretende afectar à sua atividade e que detém para potencial valorização;

iii. A entidade pública A arrendou um terreno à entidade pública B;

iv. A entidade pública comprou um novo edifício para expandir as suas atividades de prestação de serviço;

v. A entidade pública A arrendou um escritório que lhe foi doado na Avenida da Liberdade em Lisboa ao Banco Lusitano.

4. Nos termos da IPSAS 19- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes identifique justificadamente situações de Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes:

i. A entidade pública foi alvo de um processo judicial devido à emissão de gases poluentes sendo reclamada uma indemnização de 1.000.000 euros. Em 31.12.2012 o advogado especialista neste tipo de casos afirmava que a probabilidade da empresa ser condenada é muito baixa;

ii. Em 31.12.2013, o advogado reuniu com a entidade pública tendo em conta a evolução do processo, e deu conta à entidade pública que a melhor estimativa da indemnização a pagar será 750.000 euros;

iii. A entidade pública reclamou uma indemnização por intermédio de processos legais mas o desfecho ainda é incerto.

5. Casos práticos:

a) A entidade pública EP adquiriu um equipamento pelo valor de 200.000 euros no início de 2007, esperando um vida útil de 10 anos. No exercício de N+6 (2013), a entidade constatou que devido à sua baixa utilização, o equipamento terá uma vida útil de mais 6 anos, incluindo o próprio exercício N+6 (total de vida útil 12 anos). O método de depreciação usado é o das quotas constantes.

3. A entidade pública EP foi multada em 2012 pela autoridade para as condições de trabalho por incumprimento das condições de segurança no local de trabalho no montante de 10.000 euros. O pagamento apenas foi reconhecido em 2013 e registado em Outros Gastos e Perdas.

Exame de Recurso

II Grupo (7 valores)

Pergunta de desenvolvimento **(1,5 valores)**:

1. Aborde as necessidades atuais de normalização contabilística internacional no sector público, os esforços que se estão a efetuar a nível da União Europeia e os últimos desenvolvimentos na matéria em Portugal **(máximo uma página)**.

Pergunta de escolha múltipla **(1,5 valores)**:

2. Nos termos da norma IPSAS 3 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros aborde as seguintes situações e diga qual o tratamento contabilístico que deve ter:
 - i) A entidade pública mudar o método de custeio das saídas de inventários de custo médio para FIFO;
 - ii) A entidade pública decidiu mudar a vida útil dos ativos tangíveis depreciáveis;
 - iii) A entidade pública decidiu mudar o método de depreciação de depreciação das quotas degressivas para as quotas constantes;
 - iv) A entidade pública detectou que uma operação do ano anterior foi registada por um valor errado devido a um erro matemático;
 - v) A entidade pública decidiu alterar o valor das obrigações respeitantes a garantias;
 - vi) A entidade pública detetou que uma fatura ficou por registar no exercício contabilístico anterior.
3. Registe os seguintes fatos patrimoniais e aborde as implicações nas demonstrações financeiras (4 valores):
 - a) Foi realizado um pagamento a um fornecedor de investimento no mês de outubro de 2012 no montante de 45.000 euros. No entanto, e por lapso, no balanço datado de 31.12.2013 ainda constava a dívida a esse fornecedor. Após diligências

efectuadas conclui-se que o pagamento (cheque) não tinha sido considerado na conta do fornecedor de investimento mas numa conta de fornecedor C/c. Ainda no âmbito da mesma auditoria conclui-se que uma transferência bancária efectuada em 2013 no valor de 80.000 euros para pagamento a um fornecedor C/c ainda não tinha sido contabilizada.

- b) Durante o mês de Fevereiro de 2014, após a data do balanço mas antes da data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão pelo órgão de gestão da entidade pública, o cliente X pagou integralmente a sua dívida no montante de 100.000 euros. A entidade pública em consequências das dificuldades que estava a sentir na cobrança desta dívida em 31 de dezembro de 2013 havia reconhecido uma perda por imparidade no montante de 50.000 euros.
- c) Em finais 2008, o Departamento de Educação do país X comprou uma máquina de imprimir nova pelo valor de 4 milhões de euros, a ser usada para produzir os livros para a educação primária. O Departamento estimou que a vida útil da máquina seria de 10 anos. Em finais 2013, foi reportado uma deficiência no funcionamento da máquina, resultando num valor recuperável de 1.687.500.
- d) Um governo tem uma política de proteção ambiental que está bem divulgada e nos termos da qual deverá descontaminar no caso de acidente ambiental. Não há legislação sobre o assunto. Durante um exercício da marinha, um navio derramou petróleo e o governo concordou pagar os custos com a despoluição e de apoio aos animais marinhos no montante de 100.000 euros.